



04 DE SETEMBRO DE 2015

Sexta-feira

- CÂMBIO AUTOMÁTICO OU AUTOMATIZADO: DÊ FOLGA AO PÉ ESQUERDO SEM MEDO
- MONTADORAS PROCURAM EM OUTROS MERCADOS A SAÍDA PARA CRISE
- PREÇOS DE ALIMENTOS E DA ENERGIA DÃO TRÉGUA NA INFLAÇÃO MEDIDA PELO IGP-DI
- DECRETO FORMALIZA ANTECIPAÇÃO DE METADE DO 13º DOS APOSENTADOS
- USINAS PEDEM ALTA NA CIDE PARA AUMENTAR MERCADO DE ETANOL
- ARTIGO: DIREITO LÍQUIDO E CERTO
- ADOÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS DEPENDERÁ DE AÇÕES DO PODER PÚBLICO
- CRESCE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DE MONTADORAS
- RENAULT APRESENTA ALASKAN, QUE ADIANTA NOVA PICAPE GLOBAL
- DAIMLER E RENAULT-NISSAN COMEÇAM A CONSTRUIR FÁBRICA NO MÉXICO
- CABINE DUPLA REDUZ QUEDA DE VENDAS DA SAVEIRO
- VENDAS DO FORD ECOSPORT RECUAM 34,2%
- AMÉRICA LATINA RECEBEU 5 MILHÕES DE TONELADAS DE AÇO DA CHINA, 9% DO TOTAL EXPORTADO PELO PAÍS ASIÁTICO APONTA ALACERO
- CSN CONSTRUIRÁ TERMINAL NO PORTO DO PECÉM
- CHANCE DE REAJUSTE E CÂMBIO AJUDAM AÇÕES DA GERDAU
- PREÇO DO MINÉRIO DE FERRO NA CHINA FICA QUASE ESTÁVEL ANTES DE FERIADO
- TRAFIGURA COMPRA MINAS DE FERRO DA MMX E EMBARCA PRIMEIRO NAVIO NO RJ
- MINÉRIO DE FERRO LIDERA EXPORTAÇÕES MINEIRAS
- ESTOQUE DE VEÍCULOS EM AGOSTO SOBE PARA 47 DIAS DE VENDAS, DIZ

FENABRAVE

- ALTA EM DURÁVEIS É PONTUAL E NÃO REVERTE TENDÊNCIA DE QUEDA, DIZ IBGE
- PARA FIESP, É PRECISO USAR A OMC COMO UMA "ARMADURA PARA DEFENDER O PAÍS"
- CAMEX APROVA REDUÇÃO DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO PARA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS SEM PRODUÇÃO NO BRASIL
- TAXA DE SOBREVIVÊNCIA DE EMPRESAS FOI EM 2013 A MAIOR DESDE 2008, DIZ IBGE
- GREVE DO INSS COMPLETA DOIS MESES E AFETA SERVIÇOS
- COBRE RECUA, COM LIQUIDEZ REDUZIDA POR FERIADO CHINÊS E ESPERA POR PAYROLL
- ENCOMENDAS À INDÚSTRIA ALEMÃ CAEM 1,4% EM JULHO, MAIS QUE O ESPERADO
- CHEFE FINANCEIRO DA VOLKSWAGEN SERÁ PRESIDENTE DO CONSELHO
- IGP-DI ACUMULA INFLAÇÃO DE 7,8% EM 12 MESES
- INDÚSTRIA AUTOMOTIVA JÁ ELIMINOU 10,2 MIL VAGAS EM 2015, DIZ ANFAVEA

CÂMBIO		
EM 04/09/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,800	3,801
Euro	4,224	4,225

Fonte: BACEN

Câmbio automático ou automatizado: dê folga ao pé esquerdo sem medo

04/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Poder sair de um cruzamento ou semáforo sem a necessidade de trocar de marcha é uma comodidade cada vez mais apreciada pelos consumidores de veículos no Brasil. Segundo as fabricantes, nos próximos quatro anos metade da frota brasileira será equipada com câmbio automático ou automatizado - atualmente está em 15%.

A opção deixou de ser um item de luxo para figurar também em carros de entrada. Ao menos duas dezenas de modelos com preços até R\$ 60 mil dispensam o uso do pedal de embreagem.

Mesmo assim este tipo de tecnologia ainda é novidade para muitos consumidores, por isso existem dúvidas quanto ao manuseio e, principalmente, à manutenção. Vale salientar que o sistema dura mais que o manual.

A vida útil dos componentes varia de 200 mil a 250 mil km, em média, caso sejam obedecidas as revisões preventivas, enquanto que no mecânico gira na casa dos 100 mil km.

Um dos motivos é o menor desgaste das peças, pois, como não há a troca errada, o risco de quebras fica reduzido.

Basicamente, a preocupação é efetuar a substituição/reposição de óleo no período correto, conforme previsto no manual do proprietário - a média é a cada 40 mil quilômetros.

Contudo, pode ocorrer problemas elétricos e panes no caso de um vazamento descoberto tardiamente.

“Trancos ou patinação nas passagens de marchas ou pingos de óleo no chão são fortes indícios de que algo está errado”, alerta Eric Ricardo do Nascimento, técnico da Bortollini - Casa do Câmbio Automático, em Curitiba.

15%

da frota brasileira são formados por modelos dotados de câmbio automático ou automatizado. Até 2020, a previsão dos fabricantes é de que esse volume salte para 50%. Atualmente, são mais de 90 modelos que dispensam o uso da embreagem, entre veículos importados e nacionais.

Ele conta que já recebeu carros com 20 mil km rodados que apresentavam queima do sensor elétrico e com 100 mil km, que acusavam falta de revisão preventiva. “Alguns clientes simplesmente nunca haviam feito a troca de óleo e de filtro”, salienta.

O sistema automatizado tem uma manutenção simples pelo fato de a embreagem e as engrenagens serem as mesmas ou possuírem poucas alterações em relação ao modelo mecânico. A recomendação é a substituição do fluido a cada 60 mil km.

Porém, Nascimento dá um conselho: “Evite ‘segurar’ o carro numa parada em subida pisando no acelerador, como é possível no caso do automático. Assim como numa transmissão manual, tal procedimento forçaria a embreagem, o que irá reduzir a vida útil.”

O profissional explica que qualquer anomalia será notificada pelo computador de bordo ou pela luz espia no painel de instrumentos.

“Na maioria das vezes o sistema entra no modo de emergência, liberando apenas a terceira marcha e a ré, e bloqueando as demais. Quando isso ocorrer, evite continuar circulando com o carro. O ideal é guinchá-lo até uma oficina especializada”, orienta.

Custo

O custo para a manutenção simples (troca de óleo e filtro) na caixa automática varia de R\$ 300 a R\$ 800. Já a reparação de todo o mecanismo, por uma problema causado pela falta de revisão, por exemplo, vai de R\$ 4 mil a R\$ 7 mil.

Na opção automatizada, a manutenção sai por R\$ 300, enquanto que na reparação o cliente terá de desembolsar de R\$ 1,5 mil a R\$ 5 mil.

Tipos de câmbio

Veja os modelos disponíveis no mercado:

Automatizado



Ele opera manualmente por uma embreagem eletrônica, que é acionada enquanto o motorista acelera.

É menos confortável que os demais, porém há um macete para reduzir os trancos: aliviar o acelerador na hora das trocas.

O sistema é, em média, R\$ 2 mil mais caro que o mesmo modelo com câmbio manual, porém, chega a ser metade do cobrado em um automático.

Automático



O sistema usa um conversor de torque no lugar da embreagem. Na maioria dos casos, garante trocas suaves e sem trancos, mas é um pouco menos econômico que o automatizado.

CVT



Sigla usada para 'Transmissão Continuamente Variável'. A troca de velocidades se dá por meio de polias controladas eletronicamente que ficam ligadas a uma correia. Não possui um número definido de marchas.

É a opção mais confortável, pois não proporciona trancos, com o ganho de velocidade ocorrendo de forma progressiva.

Dupla embreagem



Trata-se de um câmbio automatizado com duas embreagens que se revezam na troca de velocidades – uma faz as marchas pares e a outra as marchas ímpares. Ágil nas transmissões, ela proporciona uma direção mais suave e quase não apresenta trancos.

Confira as opções até R\$ 60 mil

	TIPO DE CÂMBIO	PREÇOS
Chevrolet		
Onix 1.4 LT	Automático	R\$ 53.490
Prisma 1.4 LT	Automático	R\$ 57.190
Cobalt 1.8 LT	Automático	R\$ 57.360
Citroën		
C3 1.6 Tendance	Automático	R\$ 54.490
Fiat		
Uno 1.4 Way	Automatizado Dualogic	R\$ 43.994
Palio 1.6 Essence	Automatizado Dualogic	R\$ 51.223
Punto 1.8 Sporting	Automatizado Dualogic	R\$ 58.167
Ford		
New Fiesta 1.6 SE	Automatizado Powershift	R\$ 58.390
Honda		
Fit 1.5 DX	Automático CVT	R\$ 56.900
Hyundai		
HB20 1.6 Comfort	Automático	R\$ 50.595
HB20 S 1.6 Comfort Plus	Automático	R\$ 53.225
Kia		
Picanto 1.0	Automático	R\$ 46.900
Peugeot		
208 1.6 Active Pack	Automático	R\$ 55.890
Renault		
Sandero 1.6 Expression	Automatizado Easy-R	R\$ 47.060
Logan 1.6 Expression	Automatizado Easy-R	R\$ 50.290
Volkswagen		
Gol 1.6 Comfortline	Automatizado i-Motion	R\$ 50.120
Fox 1.6 Comfortline	Automatizado i-Motion	R\$ 52.490
Voyage 1.6 Comfortline	Automatizado i-Motion	R\$ 54.190

Montadoras procuram em outros mercados a saída para crise

04/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Com produção em queda e aumento do desemprego, o setor automotivo investe em acordos bilaterais para turbinar suas exportações. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) mostram que, no período de janeiro a agosto, embora as vendas de automóveis tenham caído 2,9% em dólares, as empresas aumentaram em 3,7% seus embarques em volume, o equivalente a 14,249 mil unidades.

Nesses tratados, são estabelecidos limites quantitativos de veículos que podem ser comercializados entre os dois países, sem a pesada alíquota de importação de 35%. Os atuais acordos automotivos com o México e a Argentina foram fundamentais para essa melhora.

Os embarques de automóveis para o México cresceram 64% ante os oito primeiros meses de agosto do ano passado e os de caminhões subiram 176,9%. Para a Argentina, as vendas de caminhões e automóveis aumentaram, respectivamente, 13,4% e 0,9% — o que não é desprezível num país em recessão.

O levantamento do MDIC deixa clara a importância do Peru, país com o qual o Brasil também está negociando. As vendas de automóveis para o mercado peruano subiram 54,3%. Por outro lado, houve queda nas exportações para a Colômbia, o Uruguai e o Paraguai — parceiros que estão no radar do governo e do setor automotivo em termos de integração comercial.

“Com o desaquecimento do mercado interno, o canal de exportação é fundamental”, disse o secretário de Comércio Exterior do MDIC, Daniel Godinho. Segundo ele, não há tratamento diferenciado para o setor na lista de negociações bilaterais. A cadeia automotiva é dinâmica e está sempre na linha de frente, quando o assunto é o aumento do intercâmbio.

Além dos acordos com México e Argentina, fechamos recentemente uma negociação com o Uruguai e estamos investindo nas conversas com o Paraguai, a Colômbia e o Peru”, informou Godinho.

Recuperação

Para Fabrizio Panzini, economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a chance de a produção industrial se recuperar é pela via das exportações. É uma forma de compensar a baixa demanda no mercado interno. “Somando esses acordos com a melhora do câmbio, as exportações podem ser retomadas”, comentou Panzini.

Após passar por Colômbia e Peru, o ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, viajará nesta quinta-feira para o Paraguai. Além de conversar sobre o intercâmbio de veículos e autopeças, Monteiro vai ao país vizinho acompanhado de representantes de 59

empresas. Os setores que estarão presentes são os de couro e calçados, alimentos processados, têxteis e confecções, indústrias naval e mecânica e produtos químicos.

Preços de alimentos e da energia dão trégua na inflação medida pelo IGP-DI

04/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Os preços de alimentos recuaram no varejo em agosto, o que levou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) a desacelerar para 0,22% no mês passado no âmbito do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI). Além disso, a pressão menor da energia elétrica também contribuiu para o resultado, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta sexta-feira (4).

Ao todo, três das oito classes de despesa do IPC perderam força. A maior influência veio do grupo Alimentação (0,79% para -0,11%), diante da queda de 10,28% nos preços de hortaliças e legumes, cuja taxa passou de 1,67% para -10,28%. Só a batata-inglesa cedeu 20,28%, enquanto o tomate caiu 17,06% e a cebola recuou 9,70% no período, segundo a FGV.

Também desaceleraram os grupos Habitação (1,03% para 0,36%) e Despesas Diversas (0,30% para 0,12%). Nestas classes de despesa, vale citar o comportamento dos itens tarifa de eletricidade residencial (3,62% para -0,59%) e alimentos para animais domésticos (1,48% para -0,14%), respectivamente.

No sentido contrário, ganharam força os grupos Educação, Leitura e Recreação (-0,07% para 0,48%), Transportes (0,00% para 0,18%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,56% para 0,64%), Vestuário (-0,33% para -0,10%) e Comunicação (0,21% para 0,36%).

Nestas classes de despesa, os destaques partiram dos itens: passagem aérea (-16,66% para 6,03%), gasolina (0,03% para 0,54%), artigos de higiene e cuidado pessoal (0,37% para 1,19%), roupas femininas (-1,08% para -0,26%) e mensalidade para TV por assinatura (0,60% para 2,08%), respectivamente.

Com o alívio na inflação, o índice de difusão, que mede a proporção de itens com taxa de variação positiva, também arrefeceu. O resultado de agosto foi de 61,83%, ante 68,64% no mês anterior.

Construção

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) subiu 0,59% em agosto, um pouco acima da alta de 0,55% no mês anterior. O resultado é explicado principalmente pelo custo da mão de obra (0,80% para 0,87%), mas também pelo índice relativo a Materiais, Equipamentos e Serviços (0,26% para 0,27%).

Decreto formaliza antecipação de metade do 13º dos aposentados

04/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O governo federal publicou nesta sexta-feira (4), no Diário Oficial da União (DOU), decreto que formaliza o pagamento antecipado da primeira metade do 13º dos aposentados e pensionistas do INSS em setembro. O texto ainda reafirma que a segunda metade do abono anual será paga em novembro.

“A primeira parcela corresponderá a até cinquenta por cento do valor do benefício correspondente ao mês de setembro e será paga juntamente com os benefícios correspondentes a esse mês; e a segunda parcela corresponderá à diferença entre o valor

total do abono anual e o valor da parcela antecipada e será paga juntamente com os benefícios correspondentes ao mês de novembro”, determina o decreto.

Neste ano, em meio à deterioração dos indicadores econômicos e com queda na arrecadação, o governo federal não antecipou o pagamento em agosto, como vinha sendo feito desde 2006. Mas, por causa da repercussão negativa do não adiantamento, a presidente Dilma Rousseff decidiu fazer o pagamento aos aposentados em duas parcelas, uma em setembro e uma em novembro.

A decisão final sobre o assunto foi anunciada pelo Palácio do Planalto no fim de agosto. Antes, o Ministério da Fazenda havia defendido o pagamento da primeira metade do 13º em duas parcelas, a primeira em setembro e a segunda em outubro, ou seja, se a proposta tivesse sido acatada, o 13º dos beneficiários do INSS seria pago em três vezes.

Ao optar por fazer o pagamento da primeira metade de uma vez só, Dilma seguiu a orientação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que recomendou que não se abrisse uma nova crise em tempos de baixa popularidade do governo.

Usinas pedem alta na Cide para aumentar mercado de etanol

04/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Diante da dificuldade para fechar as contas e do déficit de R\$ 30,5 bilhões no Orçamento, o governo estuda elevar a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre os combustíveis. O setor sucroenergético tem feito um forte lobby junto aos principais ministérios na tentativa de convencer a presidente Dilma Rousseff em recompor o imposto integralmente.

Na prática, eles querem uma elevação dos atuais R\$ 0,22 por litro para R\$ 0,62. Fontes, no entanto, avaliam que o governo deve trabalhar com um valor menor. As opções de como essa medida seria tomada já estariam prontas na gaveta de Joaquim Levy, o ministro da Fazenda, mas as repercussões políticas disso ainda pesam sobre a decisão.

Os ministros Armando Monteiro (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Kátia Abreu (Agricultura) e Eduardo Braga (Minas e Energia) têm sido alvo da pressão de parlamentares e empresários, que querem a influência deles no processo. Os três teriam dado indicações de serem favoráveis à medida.

O governo, se decidir por subir o imposto, tentará mostrar que essa é uma demanda anterior à crise fiscal e tentará mostrar que essa alta é parte de uma resposta aos problemas estruturais do setor.

A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, tem sido uma das mais procuradas. Recentemente recebeu representantes do setor sucroenergético e ouviu mais do que falou. No entanto, deixou claro que a decisão não depende dela, mas de Levy e da presidente Dilma.

O receio do governo é de que a situação, se aliada a questão fiscal, tenha o mesmo fim do debate sobre o retorno da CPMF, que desagradou antes de sair do papel.

“No caso da Cide, é uma demanda do setor, que poderia ocorrer de qualquer forma, mas pode ficar contaminado pela discussão do ajuste”, ponderou uma fonte. “Embora a CPMF tenha rejeição de políticos e empresários. Esse (aumento da Cide) certamente vai ter pelo menos o apoio de um setor empresarial, mas não há nada definido ainda”, observou.

Além do argumento fiscal, a equipe deve mostrar à presidente um levantamento do Ministério da Agricultura sobre o endividamento do setor sucroenergético. Dados parciais

dessa pesquisa, obtidos com exclusividade pelo Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado, mostram que o endividamento do setor é equivalente a R\$ 140 por tonelada de cana.

Como a produtividade estimada é de 75 toneladas por hectare, essa dívida seria equivalente a quase duas safras, um nível considerado alarmante. Com o aumento da Cide, o etanol se tornaria mais competitivo frente a gasolina, o que iria recuperar a rentabilidade do setor, ajudando tanto o caixa dos usineiros quanto o do governo.

O deputado Sérgio Souza (PMDB/PR), presidente da Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroenergético, disse à reportagem que tem participado de conversas com integrantes do governo sobre o assunto.

O parlamentar informou que pediu audiências com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e com o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, mas ainda não obteve resposta.

Nesses encontros ele pretende apresentar o pleito do setor e tentará demonstrar que a maioria na Câmara é favorável a elevação.

“Não afetaria o setor produtivo nacional. Seria só na gasolina, não é no diesel e por isso não teria peso no frete. Isso ajuda o setor e traz benefícios ambientais, além de ajudar o governo na recomposição da arrecadação”, afirmou.

“O governo está apresentando Orçamento com déficit e aumentar a Cide pode ser uma solução inteligente”, defendeu.

Segundo uma fonte, o impacto na inflação, apesar de preocupar, não se mostrará uma grande barreira enquanto as projeções para o próximo ano mostrarem o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) estável ao redor de 5,50%, abaixo do teto da meta.

A expectativa de recessão no próximo ano, depois de uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) também em 2015, alimenta o entendimento de que a economia estará fria o suficiente para absorver essa alta de imposto sem grandes consequências ao custo de vida do brasileiro.

Artigo: Direito líquido e certo

04/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A monumental cifra de R\$ 1,3 trilhão proveniente da arrecadação de impostos federais, estaduais e municipais entre os dias 1.º de janeiro e 25 de agosto último cintilou nos impostômetros localizados em pontos de grande circulação nos centros urbanos de São Paulo e Curitiba, pouco antes das 16 horas daquela terça-feira.

Segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), para se ter melhor ideia do que poderia ser feito com esse dinheiro, o ente governamental poderia construir 37 milhões de casas populares de 40 metros quadrados; 28 milhões de postos policiais equipados; 4,5 milhões de postos de saúde equipados; 94 milhões de salas de aula; ou plantar a ninharia de 260 milhões de árvores.

O total foi alcançado 16 dias antes do que em 2014, desnudando a acabrunhante realidade de que cada cidadão brasileiro neste ano trabalhou 151 dias – portanto, de 1.º de janeiro a 31 de maio – apenas para pagar impostos, tributos, contribuições, juros e multas que a máquina pública não se cansa de sugar.

O empresariado não está choramingando por benesses, mas reclama a eficácia de serviços públicos pagos antecipadamente

Outro dado inquietante do quadro é o porcentual da carga tributária em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), soma das riquezas produzidas no país ao longo de um ano, que em termos de Brasil atingiu no ano passado a estonteante marca de 35,42%.

É por esse conjunto de fatores negativos que as entidades de maior relevância na representação de classe dos vários setores da produção têm elevado o tom para reivindicar das esferas governamentais a celeridade no retorno do dinheiro arrecadado na construção e preservação de portos, aeroportos e rodovias, no reforço das políticas públicas de educação, saúde, segurança e assistência social.

E, acima de tudo, no combate incansável à erva daninha da corrupção. "Queremos o retorno do que pagamos" é um dos muitos lemas das entidades organizadas.

O setor produtivo cumpre sua parte ao repassar aos governos, vencida a parafernália da burocracia estatal, as contribuições determinadas em lei e cada vez mais pesadas, reservando-se o direito da cidadania responsável de exigir o atendimento imediato do interesse comunitário.

Está provado que há dinheiro em abundância à disposição dos gestores públicos, que a bem da verdade parecem totalmente perdidos, equivocados ou, mais grave, mal intencionados, em se tratando da austeridade na aplicação dos recursos do erário.

Tanto é verdade que o governo federal mantém uma estrutura composta por 39 ministérios, a maioria que nem sequer tem o que fazer a não ser o loteamento entre partidos aliados e distribuição de 22 mil cargos comissionados.

O empresariado brasileiro não está choramingando por benesses governamentais, mas reclama a eficácia de serviços públicos pagos antecipadamente, ou seja, luta por um direito líquido e certo.

Nem bem havia passado o impacto do anúncio do R\$ 1,3 trilhão da arrecadação (até 31 de dezembro a estimativa é de superar R\$ 2 trilhões), os jornais informavam que a intenção do governo ao preparar a proposta orçamentária para 2016 é aumentar a carga tributária, incluindo a ressurreição da infame CPMF, cujo potencial de arrecadação anual estimado é de R\$ 80 bilhões.

Em vez de aumentar a carga tributária, que a sociedade não tem mais fôlego para suportar, os governos federal, estaduais e municipais deveriam estar extremamente preocupados com a urgência do enxugamento da máquina estatal, que consome a maior parcela da arrecadação sem que esse gigantismo garanta quaisquer vantagens para quem paga os impostos.

(Antonio Miguel Espolador Neto, empresário, é presidente da Associação Comercial do Paraná).

Adoção de novas tecnologias dependerá de ações do poder público

04/09/2015 – Fonte: Automotive Business



A adoção em massa de novas tecnologias de propulsão para ônibus como alternativas mais eficientes e limpas no transporte público de passageiros no Brasil dependerá exclusivamente de novos e inteligentes modelos de financiamento. Esta foi a direção encontrada pelos participantes do último debate do Seminário Nacional 2015, na quinta-feira, 3, pela NTU, Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, no ExpoTransamérica, em São Paulo.

“A única maneira do empresário investir em novas tecnologias é ter acesso a esse investimento”, disse o gerente de mobilidade urbana da Volvo, Airtón Amaral. “Além disso, os operadores ainda não aderiram [às novas tecnologias] porque entenderam que o risco é maior que o próprio resultado. A tecnologia existe, está madura, mas é natural que os empresários esperem sempre um pouco mais, principalmente por um cenário seguro para adquirir.”

Ele lembrou que a montadora já oferece no Brasil os chassis híbridos (propulsão elétrica e de combustão a diesel) fabricados na unidade de Curitiba (PR).

O executivo defendeu que é necessário que o poder público indique certa permanência de tais incentivos a fim de gerar segurança para que indústria e empresários possam investir em veículos mais modernos e menos poluentes.

Ele cita o caso do Proálcool, que, quando em vigor, a montadora havia desenvolvido motores capazes de rodar com combustível composto por 85% etanol e 15% diesel. “O problema é que o programa foi abandonado. O mesmo aconteceu depois, com algo parecido para o gás”, lembrou.

Para o analista de marketing da MAN Latin America, Roberto Pavan, a implantação de sistemas abastecidos por ônibus modernos esbarra na falta de subsídio governamental que pague a diferença do valor entre o custo de produção e operação.

“Aqui no Brasil o grande problema é que quem paga a conta é o passageiro. Se não tiver poder público estimulando essas tecnologias, estaremos ainda bem longe delas se tornarem mais reais nas ruas, sejam eles híbridos, 100% elétricos, movidos a etanol, a biodiesel, a diesel de cana ou mesmo os equipados com células de combustível [hidrogênio], todos com testes em andamento ou concluídos no País.”

Vale lembrar que já existe a linha de financiamento PSI, do BNDES, com taxas de juros de 6,5% ou 7% ao ano, dependendo do porte da empresa, para o financiamento de ônibus híbridos e elétricos ou ainda outros modelos de tração elétrica, o que foi considerado pelos debatedores uma proposta interessante, embora ainda não tenha conseguido atrair o operador.

Adalberto Maluf, diretor de marketing da BYD, defende a criação de outras alternativas

diferenciadas para o financiamento desses veículos para que possam, mesmo que de maneira gradativa, começar a fazer parte das frotas.

A empresa, que é de origem chinesa, é a primeira a erguer uma fábrica dedicada à produção de ônibus elétricos no Brasil. A unidade de Campinas (SP) tem inauguração prevista para a primeira semana de outubro próximo.

“A prova de que essa mudança tem que partir de um diálogo profundo e aberto do empresário com o poder público está em um caso que aconteceu em Curitiba: uma empresa pediu à gestão do município a incisão de menos impostos, porque o elétrico paga cinco vezes mais impostos que o veículo convencional. Não faz sentido penalizar um produto se ele é mais limpo e salva vidas.”

O executivo se refere a um estudo da Escola de Medicina da USP que aponta resultado alarmante: “A pesquisa sobre os efeitos diretos da poluição do ar em São Paulo mostra que as pessoas que moram nesta cidade podem perder em média até 3,5 anos de vida por causa de doenças ligadas à exposição direta a essa poluição.

Mobilidade sustentável diz respeito à novas tecnologias, meio ambiente, mas também a saúde pública. Por que não incluir na conta o custo de R\$ 246 milhões anuais da saúde pública de São Paulo nos ganhos que um transporte público efetivamente menos poluidor pode trazer no longo prazo?”

Ele revela que a BYD lançará em parceria com financiadoras (bancos privados) um modelo de financiamento para a venda de seus ônibus elétricos sem entrada, que poderá ser dividida em parcelas que perdurem entre 8 e 12 anos, dependendo da operação do cliente.

“O operador pagará a entrada com a economia que fará de combustível. É uma forma que vimos de superar essa dificuldade de tomar crédito pelo BNDES, que precisa ter uma entrada de 30% no mínimo”, disse.

Os debatedores defenderam ainda um modelo de financiamento a ser apresentado ao poder público que ofereça taxa de juros mais atrativas para veículos convencionais caso o lote contemple a aquisição de pelo menos uma unidade de ônibus, como o híbrido, o 100% elétrico ou qualquer outra tecnologia menos poluente.

“Todas as montadoras têm tecnologias disponíveis ou em curso de desenvolvimento/testes, focadas tanto no meio ambiente quanto na eficiência da mobilidade. Já demos uma grande contribuição com o Euro 5: observamos uma redução de 60% a 80% da emissão de material particulado depois que introduzimos essa nova tecnologia por aqui.

É fato que precisa fazer a análise profunda dos efeitos desses modelos no sistema operacional – que não têm grandes segredos -, mas principalmente na saúde pública e no meio ambiente. Análise que deve ser abrangente de tal forma a contribuir para traçar um modelo ideal de renovação de frota”, contribuiu o gerente sênior de marketing de produto ônibus da Mercedes-Benz, Curt Axthelm.

Cresce investimento estrangeiro de montadoras

04/09/2015 – Fonte: Automotive Business

Com a forte retração do mercado brasileiro e a alta do dólar que já passa dos 40% este ano, as matrizes no exterior dos fabricantes de veículos instalados no Brasil passaram a receber menos (ou não receber) lucros de suas subsidiárias, ao mesmo tempo em que

tiveram de aumentar consideravelmente a ajuda externa, com mais injeções de recursos para bancar investimentos já programados ou mesmo reforçar o caixa das empresas.

De acordo com dados do Banco Central divulgados mês passado, de janeiro a julho o fluxo líquido de investimento estrangeiro (entradas menos saídas) das montadoras no País somou US\$ 2,77 bilhões, valor 38% superior aos US\$ 2 bilhões injetados nos mesmos sete meses de 2014. No ano passado inteiro essa cifra foi de US\$ 4,2 bilhões.

O movimento de recursos recebidos das matrizes no exterior já é bem maior do que os financiamentos tomados internamente para financiar investimentos no País, já que a principal fonte doméstica desses fundos, o BNDES, não tem liberado empréstimos ao setor este ano (leia [aqui](#)).

Com o enfraquecimento do real, ficou mais barato bancar com caixa próprio ou empréstimos no exterior os aportes para construir novas fábricas no País, como parece ser o caso da BMW, Audi, Jaguar Land Rover, Mercedes-Benz e Honda, que até agora não recorreram a créditos do BNDES para financiar seus novos empreendimentos em andamento.

Na contramão, caíram consideravelmente as remessas de lucros das montadoras no Brasil para suas matrizes. Este ano, até julho, os fabricantes de veículos enviaram apenas US\$ 134 milhões em dividendos, em forte retração de 80% ante os US\$ 663 milhões do mesmo período de 2014.

De janeiro a dezembro do ano passado o valor total remetido foi de US\$ 884 milhões, já bastante abaixo (-73%) dos US\$ 3,3 bilhões de 2013, e muito distante do recorde de US\$ 5,7 bilhões de 2011. Desde o início da década o setor automotivo se tornou o maior pagador de lucros ao exterior de toda a indústria brasileira, mas com a queda nas vendas e dólar forte declinou para a quarta posição em 2014 e este ano está em apenas oitavo.

No atual cenário, os ingressos de capital estrangeiro têm superado em larga medida as remessas. De janeiro a julho deste ano, os empréstimos das matrizes às subsidiárias brasileiras foram a maior fonte de recursos externos do setor, somaram US\$ 3,3 bilhões em sete meses, o que já supera os US\$ 3 bilhões recebidos durante 2014 inteiro.

Já os pagamentos (amortizações) desses financiamentos intercompanhias também aumentaram substancialmente, chegando a US\$ 1,68 bilhão, 121% acima dos US\$ 760 milhões pagos nos primeiros sete meses de 2014.

O investimento direto em participação de capital das matrizes das montadoras no Brasil somou US\$ 1,3 bilhão de janeiro a julho, em baixa de 18,7% sobre idêntico período de 2014, quando essas injeções somaram US\$ 2,9 bilhões durante o ano inteiro.

O regresso desse capital foi mínimo, de apenas US\$ 115 milhões em sete meses, mas ainda assim muito acima dos US\$ 6 milhões remetidos de volta no ano passado.

As montadoras instaladas no Brasil também fazem investimentos fora do País, principalmente na Argentina, que somaram US\$ 105 milhões até julho deste ano, 52% acima do executado no mesmo período de 2014.

Mas têm recebido muito mais de volta: US\$ 589 milhões em sete meses de 2015, quase o mesmo valor do ano passado, o que também contribui para reforçar o caixa no cenário de retração econômica.

Renault apresenta Alaskan, que adianta nova picape global

04/09/2015 – Fonte: Automotive Business



A Renault divulgou as imagens do conceito Alaskan, que adianta o desenho da picape global que a companhia deve lançar nos próximos anos. Para atender a América Latina o modelo será fabricado em Córdoba, na Argentina, com investimento de US\$ 600 milhões dentro do plano divulgado pelo governo do país em abril deste ano. O projeto compartilhará plataforma com picapes da Nissan e da Mercedes-Benz como parte da cooperação estabelecida entre as empresas.

A parceria tem o objetivo de reduzir custos de desenvolvimento, engenharia e produção e, apesar dos componentes comuns, vai gerar três veículos com a identidade e design de cada uma das marcas. No Brasil, a versão de produção da Alaskan deve se encaixar em categoria superior à da Oroch, picape derivada do Duster que tem lançamento marcado para o fim de setembro.

O conceito tem desenho parecido com o da Nissan Frontier, mas com detalhes mais modernos, como os retrovisores e os faróis em LED. O motor é biturbo de quatro cilindros a diesel, mas a montadora não divulgou qual é a potência e o torque.

Daimler e Renault-Nissan começam a construir fábrica no México

04/09/2015 – Fonte: Automotive Business

Na quinta-feira, 3, Daimler e a Aliança Renault-Nissan iniciaram construção de fábrica da joint-venture no México. A unidade será erguida no complexo industrial que a aliança franco-nipônica já tem em Aguascalientes.

O começo das obras foi marcado por cerimônia que reuniu líderes das empresas e autoridades da região. O empreendimento recebe investimento de US\$ 1 bilhão dos sócios e terá controle dividido igualmente entre os dois grupos, que farão carros compactos na unidade.

O plano é começar a produzir ali modelos da marca Infiniti a partir de 2017. No ano seguinte entra em linha carros da Mercedes-Benz.

A capacidade produtiva inicial será de 230 mil unidades por ano com potencial para aumentar este volume com novos investimentos se houver necessidade. Com isso, a fábrica vai contar com 3,6 mil funcionários em 2020.

Outros 12 mil empregos indiretos serão gerados na cadeia produtiva por causa do empreendimento. "A nova planta ajudará os dois parceiros a atender seus respectivos consumidores com mais agilidade e flexibilidade", apontou Markus Schäfer, membro do conselho da Mercedes-Benz automóveis.

O executivo acrescentou ainda que a planta será a primeira da marca na região do Nafta e vai incorporar a qualidade e a tecnologia que a empresa mantém em qualquer outra fábrica global. O vice-presidente executivo da Nissan, Jose Muñoz, acrescentou que o México é referência global em qualidade e eficiência. "Este é o maior motivo para Daimler e Nissan terem decidido produzir as próximas gerações de compactos premium aqui."

A joint-venture, batizada de Compas, de Cooperation Manufacturing Plant Aguascalientes, tem um time de administração internacional composto por executivos da Daimler e da Nissan. Ryoji Kurosawa é o CEO, Uwe Jarosch, CFO, e Glaucio Leite lidera a área de qualidade.

A parceria entre as empresas foi anunciada em 2014 e prevê, além da cooperação para a produção, parceria no desenvolvimento dos novos carros compactos Infiniti e Mercedes-Benz.

Cabine dupla reduz queda de vendas da Saveiro

04/09/2015 – Fonte: Automotive Business

A retração média na venda de comerciais leves em 2015 está em 25,7%, mas a VW Saveiro conseguiu atenuar essa queda para 12,9% com a ajuda da opção de cabine dupla, cujas vendas começaram no segundo semestre do ano passado.

A picape Volkswagen se mantém em segundo lugar no segmento e teve 42,4 mil unidades emplacadas de janeiro a agosto de 2015. Como comparação, a Fiat Strada, líder do segmento, registrou queda de 28,2% ante os mesmos meses de 2014. Os números são da Fenabreve, entidade que reúne as associações de concessionários.

O estrago no período foi ainda maior para a Chevrolet S10, terceira no ranking dos comerciais leves.

Com 23,2 mil emplacamentos, anotou queda de 30,4% ante os mesmos meses de 2014. Outra caminhonete média bastante atingida foi a Volkswagen Amarok. Com 8.380 emplacamentos, recuou 29,2% em relação aos mesmos oito meses de 2014.

O utilitário Fiat Fiorino teve apenas 10,7 mil unidades licenciadas no acumulado de 2015 e também caiu acima da média, 30,5%.

Veja abaixo os números de vendas de comerciais leves:

Comerciais leves mais vendidos de janeiro a agosto de 2014		Comerciais leves mais vendidos de janeiro a agosto de 2015	
1) Fiat Strada	100.747	1) Fiat Strada	72.339
2) VW Saveiro	48.723	2) VW Saveiro	42.417
3) Chevrolet S10	33.288	3) Chevrolet S10	23.174
4) Toyota Hilux	26.842	4) Toyota Hilux	22.404
5) Chev. Montana	22.182	5) Chev. Montana	18.129
6) Ford Ranger	15.832	6) Ford Ranger	12.707
7) Fiat Fiorino	15.353	7) Fiat Fiorino	10.675
8) Mitsubishi L200	13.024	8) Mitsubishi L200	10.390
9) VW Amarok	11.834	9) VW Amarok	8.380
10) Nissan Frontier	7.627	10) Renault Master	5.924

Vendas do Ford EcoSport recuam 34,2%

04/09/2015 – Fonte: Automotive Business



A retração do mercado de automóveis e o aumento da concorrência tiraram parte do brilho do Ford EcoSport. O utilitário esportivo perdeu a liderança do segmento em julho para o Honda HR-V e viu suas vendas recuarem 34,2% no acumulado de janeiro a agosto na comparação com o mesmo período de 2014. O Honda já abre vantagem de 3,7 mil unidades para o Ford. Os números foram divulgados pela Fenabrave, entidade que reúne as associações de concessionários.

O Renault Duster, terceiro mais vendido do segmento, teve 22,9 mil emplacamentos em 2015. Caiu 23%, mas exibe uma pequena diferença de pouco mais de 700 unidades para o EcoSport no acumulado do ano.

Assim como ocorreu com o Ford, o aumento da concorrência também vem sufocando o Chevrolet Tracker. Até agosto de 2014 ele ocupava a quarta posição no ranking dos SUVs. Neste ano, porém, rolou para a nona posição, Foram 6,2 mil unidades emplacadas em 2015, 39% abaixo do que conseguiu nos mesmos meses do ano passado.

O Jeep Renegade ocupa a quarta posição no acumulado do ano, mais foi o segundo SUV mais emplacado em julho e agosto, atrás apenas do HR-V. O Hyundai Tucson caiu do terceiro para o sexto posto no período. Os sinais da idade do veterano resultaram na queda de 28,9% em suas vendas.

Outro Hyundai, o ix35, conseguiu segurar a quinta posição com 10,9 mil unidades licenciadas e ainda obteve alta de 10,1% sobre os mesmos meses do ano passado. O lançamento da linha 2016 deve manter suas vendas aquecidas.

O Mitsubishi ASX mostra desempenho razoável em 2015. Subiu uma posição no ranking. As 7 mil unidades vendidas no período resultaram em queda de 8,1%, bem menor que a retração média para automóveis, próxima a 20%.

Veja abaixo a evolução do segmento de utilitários esportivos:

Utilitários esportivos mais vendidos de janeiro a agosto de 2014		Utilitários esportivos mais vendidos de janeiro a agosto de 2015	
1) Ford EcoSport	36.020	1) Honda HR-V	27.437
2) Renault Duster	29.801	2) Ford EcoSport	23.702
3) Hyundai Tucson	11.748	3) Renault Duster	22.974
4) Chevrolet Tracker	10.212	4) Jeep Renegade	14.837
5) Hyundai ix35	9.876	5) Hyundai ix35	10.878
6) Mitsubishi Pajero	9.723	6) Hyundai Tucson	8.357
7) Toyota Hilux SW4	8.867	7) Mitsubishi ASX	7.032
8) Mitsubishi ASX	7.656	8) Toyota Hilux SW4	6.471
9) Kia Sportage	6.498	9) Chevrolet Tracker	6.229
10) Toyota RAV4	5.523	10) Mit. Outlander	5.330

América latina recebeu 5 milhões de toneladas de aço da china, 9% do total exportado pelo país asiático aponta Alacero

04/09/2015 – Fonte: Fator Brasil

Entre janeiro e julho de 2015, China exportou para o mundo 56,4 milhões de toneladas de aço laminado. Desse volume cinco milhões de toneladas chegaram na América Latina. O aço recebido pela América Latina proveniente da China cresceu 6% em comparação com os primeiros sete meses de 2014. A recente desvalorização do yuan poderia fortalecer as exportações da China na segunda parte deste ano.

Alacero: Santiago, Chile — Em janeiro-julho de 2015, China embarcou 5 milhões de toneladas de aço laminado para América Latina, 6% a mais que os 4,7 milhões de toneladas registrados no mesmo período de 2014.

As exportações totais de aço laminado da China continuam a crescer e atingiram 56,4 milhões de toneladas entre janeiro e julho de 2015, 28% a mais do que no mesmo período de 2014. América Latina foi responsável pelo 8,9% dessas exportações, vs o 10,7% registrado em jan/jul 2014.

Depois de mais de dois anos como o segundo maior destino do aço proveniente da China, a região ficou em terceiro lugar no fim de julho, perdendo apenas para a Coreia do Sul que recebeu 7,3 milhões toneladas no período (12,9% do total) e pelo Vietnã que recebeu 5,3 milhões de toneladas (9,4% do total).

Em julho 2015, América Latina recebeu 590 mil toneladas de aço laminado da China, 7% a menos que em junho 2015 (637 mil toneladas) e 16% menos do que o volume recebido em julho 2014 (705 mil toneladas).

Importações de aço laminado da China por destino —Os principais destinos da América Latina para o aço laminado chinês entre janeiro e julho 2015 foram: Brasil, que recebeu 837 mil toneladas (17% do total regional); Central, que acumulou 805 mil toneladas (16%); e Chile, com 702 mil toneladas (14%).

Nestes sete meses, os países que tiveram maior incremento proporcional em suas importações de laminados desde o país asiático em relação ao mesmo período de 2014 foram: Argentina (+ 421%), Cuba (+ 233%), República Dominicana (+ 166%) e Venezuela (+ 75%). Argentina, Cuba e República Dominicana, no entanto, mantiveram uma participação de 2%, 2% e 3%, respectivamente, no fluxo para América Latina.

Por outro lado, os países que viram diminuir suas importações de produtos laminados da China versus jan/jul 2014 foram: Brasil (-33%), Colômbia (-14%), Peru (-13%) e Chile (-2%). Estes países têm participações de 18%, 8%, 10% e 14%, respectivamente.

Importações da China por produtos: o 59% dos produtos laminados importados pela América Latina a partir da China entre janeiro-julho 2015 foram os aços planos, que atingiram 2,9 milhões de toneladas. Entre estes, destacaram por seu volume: . Folhas e bobinas de outros aços de liga (1,1 milhões de toneladas, 38% dos aços planos importados da China) | . Zincadas a quente (649 mil toneladas, 22%) | . Bobinas a frio (461 mil toneladas, 16%).

Em relação aos aços longos, China exportou para América Latina 1,8 milhões de toneladas, concentradas principalmente em: . Barras (793 mil toneladas, 44% dos aços longos) . Fio-máquina (741 mil toneladas, 41%)

CSN construirá terminal no porto do Pecém

04/09/2015 – Fonte: Minning

O ex-ministro Pedro Brito, de Portos, hoje na direção da área de portos, da Companhia Siderúrgica Nacional, informou, no seu embarque para São Paulo, que está numa fase bastante adiantada os estudos para a construção de um terminal, no Porto do Pecém, para exportação de granéis agrícolas, minério e para a movimentação de contêineres.

Ele revelou ainda que “vamos iniciar o estudo ambiental e o projeto básico, com as obras que estão com início previsto para o 2º semestre de 2016 e a conclusão em 2018”.

Chance de reajuste e câmbio ajudam ações da Gerdau

04/09/2015 – Fonte: Minning

A desvalorização do real ante o dólar pode beneficiar os resultados da Gerdau em duas frentes. Além de ajudar a elevar sua receita contabilizada na América da Norte, o mercado já começa a colocar em seus cálculos a possibilidade de um reajuste de preço sobre os aços longos vendidos no mercado doméstico, o que impulsionou as ações da companhia gaúcha nos últimos dias.

Ontem, os papéis preferenciais da holding controladora do grupo, a Metalúrgica Gerdau, subiram 12,9% e fecharam negociadas em R\$ 3,50. Já os ativos da Gerdau SA avançaram 10,05%, para R\$ 6,02. As duas representaram os dois maiores ganhos do Ibovespa, principal índice da bolsa. No pregão anterior, os papéis já tiveram alta de 2,99% e 4,19%, respectivamente.

Segundo uma fonte que acompanha o setor de perto, a siderúrgica teria conversado com clientes para aumentar em 15% os preços dos aços longos no caso de contratos de fornecimento assinados daqui para frente. Procurada, a Gerdau disse que não comenta políticas comerciais de precificação.

Para Victor Penna, analista do BB Investimentos, um reajuste dessa magnitude seria "otimista demais". "Eu acredito mais em um aumento de um dígito alto, um pouco abaixo de 10%, a depender do produto", afirmou, em entrevista ao Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor.

O analista credita os ganhos dos últimos dois pregões para os papéis a dois principais fatores: o fato de as ações estarem baratas atualmente e o avanço do câmbio, que aumenta o faturamento da empresa na América do Norte. No acumulado desta semana, o dólar Ptax, medido pelo Banco Central, subiu 4,3%, para R\$ 3,73.

Nos últimos três meses, as ações da Gerdau S.A., por exemplo, caíram 32,9%. Penna cita o fato de os papéis serem negociados abaixo de seu valor patrimonial - menos de 30% do patrimônio no caso de ontem - como outro sinal de que o ativo pode estar descontado demais.

"Na última semana, com a turbulência da China sendo suavizada, quem quiser se arriscar mais e se posicionar em siderurgia, provavelmente escolheria a Gerdau", acrescenta o analista.

Pelo lado operacional, a siderúrgica se beneficiaria por conta do tamanho de sua operação na América da Norte. A unidade teve receita líquida de R\$ 7,77 bilhões no primeiro semestre deste ano, 36,6% do total. No mesmo período do ano passado, o faturamento

foi de R\$ 6,84 bilhões, atendendo por 32,6%. O aumento da relevância se deu tanto por conta da queda do real como pelo enfraquecimento da demanda doméstica.

Nas contas do mercado, um patamar de câmbio acima de R\$ 3,80 tornaria o aço importado mais caro que o doméstico e facilitaria um reajuste pelas usinas brasileiras. "Como o câmbio se aproxima desse nível, as companhias já devem estar de olho para praticar o aumento.

Vai depender muito dos números que o setor apresentar [para agosto]", lembra Penna. Durante evento realizado há dois meses pelo Instituto Aço Brasil, agentes do mercado citaram o mesmo nível de taxa cambial como o mais saudável para a indústria neste momento.

Há 15 dias, quando apresentou o desempenho de julho, o presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Loureiro, já havia informado que no caso de alguns produtos, o prêmio era "negativo" frente ao importado. Por isso, já surgiam boatos de que a Gerdau tentava reajustes de 15% até o fim do ano.

Quanto às fabricantes de aços planos, o aumento cogitado era de 7%. Mas o executivo considerava a medida difícil de ser realizada.

Essa perspectiva melhor do câmbio, tanto para vendas no exterior como para um possível reajuste, também impulsionou as ações das outras duas produtoras na BM&FBovespa. Os papéis da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) subiram 5,09%, para R\$ 3,71, e os preferenciais de classe A da Usiminas ganharam 4,83%, para R\$ 3,25. No ano, porém, ainda registram queda de 28,21% e 35,29%, respectivamente. No caso de Gerdau PN, a desvalorização chega a 35,67%.b

Preço do minério de ferro na China fica quase estável antes de feriado

04/09/2015 – Fonte: Reuters

Os contratos futuros de minério de ferro na China ficaram praticamente estáveis nesta quarta-feira, assim como os preços do produto no mercado físico, com siderúrgicas no maior produtor de aço do mundo limitando ou interrompendo a produção antes de uma grande parada militar em Pequim na quinta-feira.

O desfile vai marcar o 70º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial e indústrias pesadas em torno da capital chinesa reduziram operações, com o objetivo de amenizar a poluição. Os mercados chineses ficarão fechados na quinta e sexta-feira.

O contrato de janeiro de minério de ferro na bolsa de Dalian fechou em alta de 0,5 por cento, a 391 iuanes (61 dólares) por tonelada. Na quarta-feira, minério de ferro para entrega imediata ao porto de Tianjin da China fechou praticamente estável ante terça-feira, a 55,80 dólares por tonelada, de acordo com o The Steel Index.

O minério de ferro se recuperou de uma mínima de uma década de 44,10 dólares por tonelada registrada em julho.

Trafigura compra minas de ferro da MMX e embarca primeiro navio no RJ

04/09/2015 – Fonte: Reuters

A trading suíça Trafigura informou nesta quarta-feira que fechou acordo para comprar duas minas de minério de ferro da MMX Sudeste, fundada pelo empresário Eike Batista e em processo de recuperação judicial.

A Trafigura não informou o valor do negócio, mas disse em um email que irá adquirir os ativos de mineração e processamento de minério de ferro de Tico-Tico e Ipê, que têm capacidade para produzir 6 milhões de toneladas por ano, segundo o site da MMX.

O negócio marca uma nova expansão da atuação da Trafigura no negócio de minério de ferro, além da atuação no comércio da commodity.

A Trafigura disse ainda que o Porto Sudeste, no litoral do Rio de Janeiro, que ela controla junto com o fundo Mubadala, de Abu Dhabi, fez seu primeiro carregamento de minério de ferro esta semana, após um longo atraso nas operações devido a problemas de licenciamento.

As minas da MMX, em Minas Gerais, estão conectadas ao Porto Sudeste por ferrovia. A mineradora entrou com pedido de recuperação judicial no ano passado, seguindo caminho de outras empresas do grupo criado por Eike no setor de energia, construção de navios e produção de petróleo, que sofreram um gigantesco colapso em meio a metas de operação não cumpridas e dívidas crescentes.

A Trafigura disse que um segundo carregamento de minério está previsto para setembro. O Porto Sudeste tem atualmente capacidade para carregar 25 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. A Trafigura planeja elevar a capacidade para 50 milhões de toneladas anuais até o fim deste ano.

Minério de ferro lidera exportações mineiras

04/09/2015 – Fonte: Reuters

O minério de ferro é o principal item da pauta exportadora de Minas Gerais, mas vem perdendo espaço em função da queda dos preços internacionais. Enquanto até julho de 2014 o insumo tinha uma participação de 42,5% nos embarques estaduais em termos de valores, no mesmo período deste ano a commodity mineral ficou com apenas 27,2% de fatia nas exportações mineiras.

E, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), nem exportando maior quantidade neste ano foi possível igualar o faturamento. No acumulado até julho, Minas embarcou 4,3 milhões de toneladas a mais da commodity mineral em relação aos mesmos meses de 2014, mas mesmo assim a receita gerada com os embarques do insumo caiu praticamente pela metade (52,5%) em 2015.

Ao todo, até julho, os embarques do insumo siderúrgico somaram US\$ 3,558 bilhões contra US\$ 7,504 bilhões no mesmo intervalo do ano passado, baixa de 52,5%. Em 2015, a quantidade exportada aumentou praticamente 4,5%, o que significa que os preços médios praticados neste exercício caíram cerca de 56,7%.

A China comprou basicamente 60% do minério de ferro exportado pelo Estado no período. Porém, enquanto que de janeiro a julho de 2014 os embarques estaduais da commodity mineral para o país asiático somaram US\$ 3,558 bilhões, no mesmo intervalo deste ano o valor chegou a US\$ 4,575 bilhões com a mesma quantidade, 55% a menos devido à queda nos preços.

A China é tão importante para a indústria extrativa mineira que a desaceleração do crescimento da economia chinesa e a mudança de modelo de desenvolvimento do país asiático, agora voltado para o consumo interno e para as exportações, deve provocar impacto negativo em Minas Gerais, segundo apontam especialistas.

Perspectiva - Além disso, a desaceleração do crescimento da economia chinesa indica que o cenário de retração dos preços das commodities deve permanecer e, por causa disso, a perspectiva é de que as exportações mineiras devam cair em termos de valor daqui para frente, tendo em vista que a China é o principal parceiro comercial do Estado.

E isso já está acontecendo. As exportações globais de Minas Gerais renderam US\$ 13,047 bilhões no acumulado deste ano até julho, 26% menos em comparação com a receita com os embarques no mesmo período do exercício passado (US\$ 17,642 bilhões). A redução está sendo causada pela retração dos preços das principais commodities exportadas pelo Estado, especialmente do minério ferro.

Outro aspecto que deve ter forte impacto para o Estado é que a desvalorização da moeda chinesa frente ao dólar como estratégia para favorecer as exportações deve dificultar ainda mais a concorrência para produtos de Minas em mercados concorrentes e até mesmo para o minério de ferro.

Estoque de veículos em agosto sobe para 47 dias de vendas, diz Fenabrave

04/09/2015 – Fonte: o Estado de S. Paulo

O estoque de veículos nos pátios das fábricas e concessionárias em agosto era equivalente a 47 dias de vendas, o correspondente a algo entre 305 mil e 310 mil unidades encaixadas, informou a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

Segundo o presidente da entidade, Alarico Assumpção, esse nível supera em dois dias o estoque registrado em julho. Para o setor, um estoque considerado normal é equivalente a 30 dias de vendas.

Em razão da retração no comércio de veículos nos últimos meses, como reflexo de uma das piores desempenhos de vendas desde 2007, o saldo de concessionárias fechadas no acumulado do ano até agosto é de 347 lojas.

Foram 691 fechamentos e 344 aberturas. O saldo negativo causou a demissão de 17 mil trabalhadores.

Segundo o dirigente, as concessionárias consideradas fechadas são aquelas que não emplacaram nenhum veículo no período, mas que poderão reabrir no futuro.

Endividamento De acordo com a economista Tereza Fernandes, da MB Associados, que presta consultoria econômica a Fenabrave, com o crescente nível das taxas de desemprego no Brasil, o que mais preocupa o setor automotivo para o segundo semestre deste ano é o provável aumento do endividamento das famílias.

"No primeiro semestre, nós começamos a perceber um aumento das demissões no setor privado, especialmente no mercado formal. Com isso, o seguro-desemprego deve durar cinco ou seis meses. Portanto, a partir de outubro, esse dinheiro deve começar a acabar, o que pode causar aumento da inadimplência", explicou Tereza.

Segundo a entidade, o nível de inadimplência atual ainda é baixo, de 4%, mas essa taxa deve aumentar nos próximos meses. "Eu tinha a expectativa de que a economia já tinha chegado ao fundo do poço, porém essa expectativa começa a cair", disse Tereza. "E nós não estamos vendo uma recuperação do emprego."

Alta em duráveis é pontual e não reverte tendência de queda, diz IBGE

04/09/2015 – Fonte: Valor Econômico

A produção de bens de consumo duráveis avançou 9,6% em julho, interrompendo uma série de resultados negativos registrados desde outubro do ano passado. Nesse período, o segmento acumulou perda de 25,2%.

No mês, a produção do setor de veículos automotores, reboques e carrocerias subiu 1,4% e foi o principal impacto positivo na categoria - o segmento também teve sequência de nove meses de queda, somando 24% de perdas. De acordo com o gerente da coordenação de indústria do IBGE, André Macedo, a produção de eletrodomésticos ajudou no resultado.

A produção de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, que incluem a linha marrom, cresceu 3,2%, e a de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, que englobam a linha branca, aumentou 1,5% no mês.

O pesquisador pondera que o resultado positivo de julho é influenciado pela base de comparação bem menor em junho, quando houve férias coletivas em parte do setor de eletrodomésticos e veículos e a produção recuou de forma mais intensa.

A alta, ressalta Macedo, "não suplanta a queda do mês anterior (-10%), e mais do que isso, essa categoria econômica vinha numa sequência de nove meses seguidos de queda".

Outro dado que, segundo o pesquisador, mostra que o resultado positivo em julho não reverte a tendência de queda é que os estoques ainda estão acima da média.

Para Fiesp, é preciso usar a OMC como uma "armadura para defender o país"

04/09/2015 – Fonte: Valor Econômico

As discussões sobre política externa e o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) devem fugir de questões que estão longe da realidade do dia a dia e ser mais pragmáticas, disse Thomaz Zanotto, diretor de exportação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "É preciso um foco enorme", afirmou durante evento promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre comércio internacional.

Uma das questões que a OMC deve enfrentar em breve, diz Zanotto, é a discussão sobre a China como economia de mercado. "A China é pragmática. É preciso também defender os interesses e objetivos do Brasil. Se não usarmos a OMC como armadura para defender o país, a situação ficará trágica mais do que já está."

Entre os impactos para o Brasil, o diretor da Fiesp dá como exemplo o setor do aço, que poderá ser prejudicado porque a classificação da China como economia de mercado pode impedir a aplicação de medidas antidumping contra o país asiático. Atualmente, diz, não é possível comparar a variação de preços entre os produtos chineses para exportação e de venda local.

Para Luiz Olavo Baptista, do L.O. Baptista Advogados e ex-presidente do órgão de apelação da OMC, o Brasil precisa de uma política externa que permita a integração, sem ficar preso ao multilateralismo, mas usando o bilateralismo de forma realista e pragmática.

O Brasil, diz, já passou por períodos bons e ruins. "Agora estamos em época de vacas magras, com dificuldades na política externa. O Brasil ficou isolado e não explorou o

necessário nem fez mudanças nos acordos regionais para permitir que o sistema se tornasse flexível e possibilitasse expansão." Segundo Baptista, mesmo com as mudanças em curso no comércio global, a OMC deve manter papel importante. "A OMC vai subsistir, porque é boa no que faz."

Márcio Luiz de Freitas Naves de Lima, diretor do Departamento de Negócios Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), considera que a conclusão da Rodada Doha continua sendo um desafio para os 161 membros da OMC. O diretor destacou três pilares da rodada: acesso a mercados, agricultura e serviços.

O Brasil, segundo Lima, sempre teve posição protecionista na questão de acesso a mercados de bens industriais. "Mas acesso a mercado não diz respeito a tarifas, mas também a barreiras, condição importante para as exportações. Devemos trabalhar as barreiras, sem deixar de discutir tarifas", diz.

Camex aprova redução do imposto de importação para máquinas e equipamentos sem produção no Brasil

04/09/2015 – Fonte: MDIC.com

Foram publicadas hoje, no Diário Oficial da União (DOU), duas novas Resoluções Camex com a relação de 215 ex-tarifários que reduzem o Imposto de Importação para compra de bens de informática e telecomunicações e também para bens de capital sem produção nacional.

A Resolução Camex nº85 traz nove ex-tarifários (8 novos e uma renovação) para bens de informática e telecomunicações. Estes itens tiveram as alíquotas reduzidas para 2%, até 31 de dezembro de 2017.

Já a Resolução Camex nº86 altera para 2% e 0%, as alíquotas de importação de 206 ex-tarifários para bens de capital, (194 novos e 12 renovações) com prazos de vigência que variam entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

Os ex-tarifários publicados hoje irão incentivar investimentos industriais de US\$ 2,9 bilhões e representam US\$ 635 milhões em importações de máquinas e equipamentos não produzidos no Brasil.

Em relação aos países de origem das importações, destacam-se: Estados Unidos (35,95%); China (25,666%); Reino Unido (12,29%); França (6,28%) e Alemanha (5,82%). Já os setores contemplados, em relação aos investimentos globais, são: ferroviário (50,16%); de energia (21,92%); de serviços (12,75%); petroquímico (2,69%); naval/náutico (2,69%); de logística (2,16%) e de bens de Capital (1,03%). A maior parte dos investimentos está prevista para ser realizada nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará.

O regime de ex-tarifários visa estimular os investimentos para ampliação e reestruturação do setor produtivo nacional de bens e serviços, por meio da redução temporária do Imposto de Importação de bens de capital e bens de informática e telecomunicações sem produção no Brasil.

Cabe ao Comitê de Análise de ex-tarifários (Caex) verificar a inexistência de produção nacional dos bens pleiteados, bem como a análise de mérito dos pedidos tendo em vista os objetivos pretendidos, os investimentos envolvidos e as políticas governamentais de desenvolvimento. As fabricantes brasileiras de máquinas e equipamentos industriais também participam do processo de análise de produção nacional.

Taxa de sobrevivência de empresas foi em 2013 a maior desde 2008, diz IBGE

04/09/2015 – Fonte: Época Negócios



A taxa de sobrevivência das empresas brasileiras em 2013 foi a maior desde 2008, informou hoje o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou a Demografia das Empresas 2013. A taxa de entrada, porém, foi a menor desde aquele ano. A pesquisa utiliza dados do Cadastro Central de Empresas (Cempre).

Em 2013, havia 4.775.098 empresas ativas no país, sendo 81,7% delas (3,9 milhões) sobreviventes. Essa taxa superou a de 2012 (81,3%) e foi a maior desde 2008 (78,2%), quando inicia a série.

Além disso, outras 871,6 mil empresas entraram no mercado, boa parte delas recém-criadas, enquanto uma fatia menor estava fora e voltou à ativa. Com isso, a taxa de entrada foi de 18,3% em 2013, a menor desde 2008 (21,8%). A taxa é calculada como a proporção de entradas sobre a população total de empresas no período.

Por outro lado, 695,7 mil empresas saíram do mercado, o que configurou uma taxa de saída de 14,6%, a menor já observada nos seis anos de pesquisa.

"É importante observar que o saldo de empresas tem sido sempre positivo, registrando um número maior de entradas do que de saídas", ressaltou o IBGE. De acordo com o instituto, 97,5% dos assalariados estavam nas empresas sobreviventes, enquanto 2,5% estavam nas empresas entrantes no mercado e 1,5% nas que saíram.

Diante desses resultados, houve acréscimo de 3,8% no número de empresas (176,2 mil) em 2013, além de avanço de 3,1% (1,3 milhão) no pessoal ocupado total e de 3,3% (1,1 milhão) no pessoal ocupado assalariado, sempre na comparação com 2012. Os aumentos em termos de emprego foram menores do que o observado em 2012 ante 2011.

Setores

O setor de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas se destacou pelo maior volume de entradas e saídas de empresas no mercado em 2013. Foram 364,7 mil novas companhias (41,8% do total de entradas), mas 328,8 mil saídas (47,3%). Já em termos de sobrevivência, 1,834 milhão de empresas dessa atividade permaneceram ativas na passagem de 2012 para 2013, também no topo da lista.

Em termos de taxa de entrada, o destaque foi o setor da construção, em que 64,63 mil empresas responderam por uma taxa de entrada de 26,4%, a maior entre todas as atividades. O setor foi seguido por atividades imobiliárias (24,3%) e artes, cultura, esporte e recreação (24,1%).

Já as menores taxas de entrada foram observadas em indústrias de transformação (14,5%), comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (16,6%) e saúde humana e serviços sociais (16,9%).

Já na taxa de saída, o destaque foi o segmento de eletricidade e gás, cujo número de 436 empresas representou uma taxa de 19,1%. Outras taxas de saída consideráveis foram observadas em informação e comunicação (17,8%) e outras atividades de serviços (17,2%).

Já as menores foram verificadas nas atividades de saúde humana e serviços sociais (9,4%), educação (11,6%) e atividades imobiliárias (11,7%). Todos os setores, exceto eletricidade, tiveram taxas de saída menores do que em 2012.

Pessoal ocupado

Em 2013, as empresas brasileiras tinham 35,050 milhões de assalariados, 1,135 milhão a mais do que no ano anterior, segundo o IBGE. O pessoal assalariado sem nível superior formava grande parte da população ocupada das empresas que entraram (93,5%) e saíram (94,5%) do mercado em 2013. Essa fatia é superior ao observado no conjunto de todas as empresas (88,9%).

Greve do INSS completa dois meses e afeta serviços

04/09/2015 – Fonte: EM.com

A greve de servidores federais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) completa dois meses nesta sexta-feira. Ontem, representantes de 18 estados presentes na plenária em Brasília deliberaram unanimemente pela continuidade do movimento. A paralisação afeta serviços como perícia médica e concessão de benefícios.

“A greve permanece até serem atendidas as reivindicações”, informou Maria Helena da Silva, diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social em Minas Gerais (Sintsprev-MG) e também do comando de greve.

Segundo a representante, o governo apresentou nova proposta nesta sexta-feira, mas ainda não há “detalhes suficientes para repassá-los à categoria e nem o reajuste oferecido pelo governo”, informou. As negociações, relativas à pauta de reivindicações apresentada pela categoria, são conduzidas pelo Ministério do Planejamento, segundo o INSS.

No mês passado, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou a manutenção de 60% dos servidores trabalhando em cada unidade do órgão, enquanto durar a greve. O pedido foi feito pelo governo federal.

A decisão, em caráter liminar, determina que, se esse percentual não for respeitado, a Fenasps, federação que representa os servidores da Previdência Social, será multada no valor de R\$ 100 mil por dia. A decisão está valendo desde o dia 13 de agosto. Segundo o Ministério da Previdência Social, números sobre a paralisação só são informados ao STJ.

Os servidores do INSS reivindicam reajuste salarial de 27 % – percentual maior que os 21% oferecidos pelo governo aos servidores federais –, além de incorporação da gratificação de desempenho de atividade no salário e concurso público para ampliar o quadro de pessoal.

Médicos peritos engrossam movimento

Nesta sexta-feira, médicos peritos aderiram à paralisação. A Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social, informou que 30% dos profissionais vão continuar em atividade. Perícias iniciais, casos mais graves e idosos serão atendidos.

Já os que já estão em benefício, o INSS vai ter que continuar pagando até o final da greve, informou a associação. A perícia médica é requisito para benefícios como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, aposentadoria especial e, para reconhecimento de acidentes de trabalho.

Na pauta de reivindicações da categoria, estão redução da carga horária de 40 horas para 30 horas, incorporação de benefícios ao salário, redução de níveis de progressão, recomposição do quadro de peritos e aumento salarial de 27% em dois anos. A proposta do governo é de aumento de 21,3% em quatro anos.

Segundo o INSS, os segurados que agendaram perícia médica em uma Agência da Previdência Social (APS) devem ligar para a Central Telefônica 135 e consultar previamente a situação do atendimento na unidade.

O órgão informou que quem não for atendido em razão da paralisação dos servidores peritos médicos terá sua data de atendimento remarcada. O segurado poderá confirmar a nova data também por meio da Central 135. Para se evitar qualquer prejuízo financeiro nos benefícios dos segurados, o INSS considerará a data originalmente agendada como a data de entrada do requerimento.

Cobre recua, com liquidez reduzida por feriado chinês e espera por payroll

04/09/2015 – Fonte: EM.com

Os futuros de cobre operam em baixa em Londres e Nova York, com o feriado na China e a espera por dados sobre criação de empregos nos EUA comprometendo a liquidez dos mercados de metais básicos, onde ainda prevalece um sentimento negativo.

Por volta das 8h30 de (Brasília), o cobre para três meses negociado na London Metal Exchange (LME) recuava 0,92%, a US\$ 5.114,50 por tonelada. Na Comex, a divisão de metais da bolsa mercantil de Nova York (Nymex), o cobre para dezembro tinha queda de 1,76%, a US\$ 2,3425 por libra-peso, às 8h49 (de Brasília).

Operadores baseados na China estão afastados por causa de um feriado nacional de dois dias, iniciado ontem, e a expectativa é que os negócios só voltem a ganhar volume na próxima semana. Além disso, os mercados financeiros nos EUA vão estar fechados na segunda-feira (07), em função do feriado do Dia do Trabalho.

Nesta manhã, os mercados de commodities estão à espera do relatório de emprego dos EUA, o chamado payroll, que será publicado às 9h30 (de Brasília). Os números de hoje, referentes a agosto, são considerados fundamentais para determinar o ritmo de recuperação dos EUA e o futuro de sua política monetária.

O Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) se reúne nos próximos dias 16 e 17, quando decidirá se começa ou não a elevar os juros básicos, que estão em níveis próximos de zero desde o fim de 2008.

Segundo analistas, os preços dos metais básicos estão à deriva, em meio aos baixos volumes e sem catalisadores ligados a fundamentos.

"O mercado está à deriva, depois de uns poucos dias relativamente fortes", comentou Leon Westgate, chefe de estratégia para metais básicos do Standard Bank. "Do ponto de vista dos fundamentos, nada mudou muito."

Outros metais na LME operavam majoritariamente em alta: o alumínio para três meses subia 1,88%, a US\$ 1.630,00 por tonelada, o níquel ganhava 2,04%, a US\$ 10.000,00

por tonelada e o chumbo avançava 0,17%, a US\$ 1,718,00 por tonelada, enquanto o pouco negociado estanho caía 0,16%, a US\$ 15.200,00 por tonelada.

Encomendas à indústria alemã caem 1,4% em julho, mais que o esperado

04/09/2015 – Fonte: EM.com

As encomendas à indústria da Alemanha diminuíram 1,4% em julho ante junho, no cálculo ajustado, segundo dados divulgados hoje pelo Ministério de Economia do país.

A queda frustrou a expectativa de analistas consultados pelo Wall Street Journal, que previam recuo bem mais modesto, de 0,6%.

O resultado de julho se deveu às encomendas estrangeiras, que caíram 5,2% em relação a junho. As encomendas domésticas, por outro lado, subiram 4,1%, após três declínios consecutivos.

Na comparação anual, as encomendas à indústria alemã tiveram queda de 0,5% em julho, desconsiderando-se ajustes.

A variação mensal das encomendas em junho foi revisada para baixo, para alta de 1,8%, do aumento estimado originalmente em 2,0%, informou o ministério.

Chefe financeiro da Volkswagen será presidente do Conselho

04/09/2015 – Fonte: EM.com

O chefe financeiro da Volkswagen, Hans Dieter Poetsch, deve se tornar o próximo presidente do Conselho de Administração da empresa, colocando a maior montadora da Europa a caminho de águas mais calmas após facções rivais, incluindo o patriarca Ferdinand Piech, terem se unido para apoiá-lo.

A empresa tem buscado um sucessor permanente para Piech, que deixou o posto em abril após conflitos com o presidente-executivo, Martin Winterkorn, sobre estratégia, mas ainda detém influência por meio da holding de sua família.

Um dia após propor estender o contrato do presidente-executivo em dois anos até o fim de 2018, os comitês executivo e de nomeação do Conselho Supervisor da empresa propuseram eleger Poetsch, de 64 anos, como presidente do Conselho.

A Porsche Automobil Holding, que tem 51 por cento da Volkswagen, disse que Poetsch tem o apoio inequívoco do Conselho Supervisor - que inclui Piech. Winterkorn também apoiou a iniciativa de promover Poetsch, disse uma fonte familiarizada com a visão da empresa.

"Isso é uma boa notícia", disse Arndt Ellinghorst, da empresa de análise Evercore ISI, citando a compreensão clara de Poetsch dos problemas financeiros da VW. "Poetsch tem advogado por um crescente foco em consolidar o negócio da VW após uma era de fusões e aquisições".

IGP-DI acumula inflação de 7,8% em 12 meses

04/09/2015 – Fonte: EM.com

A inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) ficou em 0,4% em agosto deste ano. A taxa é inferior à observada em julho, que foi 0,58%, mas superior à registrada em agosto do ano passado (0,06%). Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o IGP-DI acumula taxas de 5,53% no ano e 7,8% no período de 12 meses.

A queda da taxa entre julho e agosto foi provocada pelos preços no atacado e no varejo, que tiveram inflações menores em agosto. O Índice de Preços ao Produtor Amplo, que analisa o atacado, ficou em 0,44% em agosto, ante o 0,61% de julho.

Já a inflação do Índice de Preços ao Consumidor, que analisa o varejo, caiu de 0,53% em julho para 0,22% em agosto, comportamento ditado principalmente pelos alimentos, cujos preços passaram de uma alta de 0,79% para uma queda de 0,11% de um mês para o outro.

Os preços da construção, medidos pelo Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), por outro lado, tiveram alta da inflação, ao passar de 0,55% em julho para 0,59% em agosto. O IGP-DI foi calculado com base em preços coletados entre 1º e 31 de agosto.

Indústria automotiva já eliminou 10,2 mil vagas em 2015, diz Anfavea

04/09/2015 – Fonte: EM.com

A indústria automobilística brasileira eliminou 1,421 mil vagas em agosto, divulgou a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Após as recentes demissões, as montadoras encerraram o oitavo mês do ano com 134,312 mil empregados, queda de 1% na comparação com julho e recuo de 9,8% ante o mesmo mês do ano passado. Com o resultado de agosto, a indústria automotiva já demitiu 10,2 mil empregados em 2015.

Apenas o segmento de autoveículos registrou retração de 0,8% no número de empregados em agosto na comparação mensal, ao totalizar 118.294 funcionários. Em relação a agosto do ano passado, a queda foi de 8,1%. Já o segmento de máquinas agrícolas registrou recuos de 3,2% no número de empregados ante julho e de 20,5% na variação interanual, ao encerrar agosto com 16.018 funcionários.

Lay-off. A indústria automotiva brasileira terá, em setembro deste ano, 27,4 mil funcionários afastados das fábricas por meio de lay-off (suspensão temporária dos contratos), férias individuais e coletivas, licença remunerada, dentre outros. O número representa cerca 20,5% do total de trabalhadores que o setor empregava no fim de agosto (134,3 mil empregados).

O presidente da Anfavea, Luiz Moan, explicou que o afastamento faz parte das medidas adotadas pelas montadoras para ajustar os níveis de estoques ao baixo volume de vendas de veículos novos. O executivo destacou que o número de 27,4 mil empregados afastados não contabiliza eventuais adesões de montadoras ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que prevê redução da jornada de trabalho, com redução salarial proporcional.

Em agosto, o estoque total de veículos nos pátios das concessionárias e das montadoras aumentou de 345,6 mil em julho para 357,8 mil unidades em agosto, segundo dados da Anfavea. Com o crescimento, o estoque total de veículos no oitavo mês do ano era suficiente para 52 dias de vendas, período maior do que os 50 dias em julho (considerando o ritmo de vendas de agosto). O setor considera ideal um estoque equivalente a 30 dias de vendas.

A maior parte do estoque de veículos novos até agosto estava concentrada nas concessionárias, onde havia 207,9 mil veículos encalhados (equivalente a 30 dias de vendas), número maior do que as 206,9 mil unidades estocadas em julho nas lojas (30 dias). Nas fábricas, o estoque até o mês passado era de 149,9 mil veículos (22 dias), maior do que as 138,7 mil unidades estocadas até julho (20 dias de vendas).